



ATA DA SEXAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Bom dia, senhores deputados! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados. *"Ata da Sexagésima Terceira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* **PEQUENO EXPEDIENTE** - *Lida e aprovada a Ata Setenta e Um da Sexagésima Segunda Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foi lido o seguinte expediente: Ofícios nºs 3.166 e 3.177/2024, da Presidência da República; Ofício nº 883/2024, do Ministério dos Transportes; Ofício nº 1.107/2024, do Ministério da Saúde; Ofício nº 715/2024, do Ministério da Agricultura e Pecuária; Ofício nº 205/2024, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Ofício nº 379/2024, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 012.0.073.0118/2024, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 77/2024, da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofício nº 1238/2024, da Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 9.468, 9.479, 9.484, 9741, 9.776, 10.197, 10.229, 10.236, 10.240, 10.335, 10.449 e 10.463/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul.* **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - *Usaram da palavra os deputados Caravina, Mara Caseiro, Renato Câmara, Junior Mochi, Lia Nogueira, Coronel David, Paulo Duarte, Pedrossian Neto e Paulo Corrêa. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lucas de Lima e Neno Razuk.* **GRANDE EXPEDIENTE** - *Não houve oradores inscritos.* **ORDEM DO DIA** - *Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 164/2024, de autoria do Poder Judiciário. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 306/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçadas aos familiares de Dorval Hugo Zanchet e Paulo César de Lorenzo; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos familiares de Argenidir Saltor Dan; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada ao maestro Daniel Lima, pelo trabalho que vem desenvolvendo como maestro da Orquestra Adorar-TE ADBR, do município de Campo Grande; requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado Professor Rinaldo, à correta regulamentação do ato cooperativo na Reforma Tributária; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Henrique, endereçada ao cabo da Força Tática Sérgio Henrique Santos de Oliveira, ao cabo da Força Tática Farne César Pereira do Santos e ao soldado da Força Tática Wesley Gonçalves de Menezes, militares de Três Lagoas; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada ao presidente do Clube de Diretores Lojistas, senhor Adelaido Luiz Spinosa Vila, em comemoração ao Dia Nacional do Comerciante, celebrado todo dia 16 de*



julho; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada ao apóstolo José Edmilson Mota de Oliveira, pelos seus trinta e dois anos de ministério na IECG - Igreja Evangélica Comunidade Global; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Caravina, pelo lançamento, na última sexta-feira, dia 12 de julho, da nova ferramental digital vinculado ao Cejusc TJ/Saúde, que auxiliará na resolução de conflitos e mitigar a judicialização de questões relativas à saúde em nosso estado; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Pedro Kemp e Renato Câmara; indicações, de autoria dos deputados Neno Razuk, Zeca do PT, Lia Nogueira, Pedrossian Neto, Zé Teixeira, Caravina Pedro Kemp, Gerson Claro, Lidio Lopes, Renato Câmara e Professor Rinaldo. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, seis de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro." Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária de 7 de agosto de 2024: Ofício nº 27/2024, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, encaminhando a divulgação do Relatório de Segurança de Barragens 2023 - RBS 2023; Ofícios nºs 10.133, 10.137, 10.166, 10.129, 10.183, 10.188, 10.211, 10.220, 10.225, 10.245, 10.261, 10.266, 10.278, 10.283, 10.302, 10.308, 10.329, 10.402 e 10.508/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Marcio Fernandes, Mara Caseiro, Lia Nogueira, Zé Teixeira, Gleice Jane, Zeca do PT, Junior Mochi, Pedro Kemp, Renato Câmara, Caravina, Coronel David, Neno Razuk, Paulo Duarte e Lidio Lopes; Ofícios nºs 1.688, 1.689, 1.690, 1.691, 1.712, 1.713, 1.714, 1.717, 1.718, 1.719, 1.720, 1.721 e 1.723/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo ao requerimento e às indicações da deputada Lia Nogueira; Ofícios nºs 2.395, 2.396, 2.397, 2.398, 2.399, 2.439 e 2.543/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Coronel David, Jamilson Name e Lucas de Lima; Ofício nº 8.982/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Neno Razuk; Carta nº 32/2024, da CCRMS Via, respondendo à indicação da deputada Lia Nogueira; Carta nº 366/2024, da TIM Telefonía, respondendo à indicação do deputado Antonio Vaz; Cartas nºs 699 e 700/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Coronel David e Jamilson Name. Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, reiterando a solicitação encaminhada em agosto de 2023 a respeito da necessidade de instalação de semáforo no cruzamento da avenida Evelina Figueiredo Selingardi com a rua Dário Anhaia Filho, no bairro Parque do Sol. Esta é uma reivindicação reiterada dos moradores da região, uma vez que no cruzamento há grande fluxo de veículos que transitam em alta velocidade, dificultando a travessia de pedestres. Além disso, a Usfa Parque do



Sol está localizada na rua Evelina Figueiredo Selingardi, o que faz com que haja movimento constante de pedestres com mobilidade reduzida: idosos, pessoas com deficiência e etc. A demanda, inclusive, partiu de portadores de baixa visão que moram nos arredores e que diariamente encontram dificuldades para atravessar a via. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares! Eu trago algumas proposições. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia autônoma ao presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, senhor Paulo da Silva, solicitando a implantação de redutor de velocidade do tipo traffic calming (travessia elevada com faixa de pedestre) na avenida Rachid Neder, em frente aos números 1.621 e 1.656, no bairro Monte Castelo. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar pelo senhor Luiz Carlos. Os empresários e moradores da região têm enfrentado transtornos significativos por conta do trânsito. A situação compromete a segurança de pedestres e ciclistas e os estabelecimentos comerciais da região. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da senhora Juvelina Celestina da Silva Gomes, pelo seu falecimento, ocorrido dia 5 de agosto de 2024. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da senhora Hilda Bezerra da Silva, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 6 de agosto de 2024, nesta capital. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Antônio Machado de Freitas, conhecido como Matula, pelo seu falecimento, ocorrido dia 6 de agosto de 2024, nesta capital. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia senhor, presidente, colegas parlamentares, público presente, assistentes, servidores e todos que nos acompanham pelas redes sociais, TV e Rádio Alems! Eu trago hoje um requerimento. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, que seja encaminhada a moção de congratulação aos atletas de tênis do nosso estado que participaram da Copa das Federações de Tênis realizada em Uberlândia, Minas Gerais. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida e encaminhada da seguinte forma. "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante da população sul-mato-grossense, por iniciativa do deputado Caravina, congratula-se com os atletas Anna dos Anjos, Maria Júlia Honda, Elena Sakaguti, Beatriz Munhoz, João Fernandes, Davi Fernandes, Daniel Valério, Benício Peron, Lorena Coimbra, Kauany Rodrigues, Gabriela Nishioka, Stefany Moreira, Bela Arakaki e seus capitães, Hilário Grigolo Júnior (Duda), Leonardo Bonatto e Gabriel Romero, pelo brilhante desempenho na Copa das Federações de Tênis. Os atletas, representando a Federação de Tênis de Mato Grosso do Sul, conquistaram três medalhas de ouro e uma de prata na competição, realizada entre os dias 21 e 25 de julho de 2024, em Uberlândia, Minas Gerais, elevando o nome do nosso estado no cenário nacional do esporte. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul reconhece o esforço, a dedicação e o talento desses jovens atletas



e de seus capitães, que, com grande mérito, trouxeram orgulho ao coração dos sul-mato-grossenses. Seus feitos inspiram outros jovens a perseguirem seus sonhos e se dedicarem ao esporte, contribuindo para a formação de cidadãos exemplares e para o desenvolvimento do esporte em nosso estado. Era isso, senhor presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, presidente, nobres pares, servidores desta Casa, imprensa, público presente e todos que nos acompanham pelo rádio e pela TV! Faço uso da palavra por duas questões. Primeira. Foi lançado, antes de ontem, na Universidade Federal, o livro "Corredor Bioceânico ligando o Brasil aos portos do Norte do Chile", escrito magistralmente por uma grande figura, o Eromildo Barbosa da Silva. Ele pediu para eu entregar este exemplar a Vossa Excelência, presidente. Eu tenho ali vinte e quatro exemplares, um para cada um dos colegas. O livro é fantástico porque retrata a história e todo o processo da construção da ponte e da materialização do sonho da Rota Bioceânica, que, agora, já está no terço final. Segunda. Quando eu estive com o governador lá no Paraguai, no 5º Fórum da Rota bioceânica, que aconteceu no Chaco Paraguai Central, com autoridades do Brasil, do Paraguai, do Chile e da Argentina, eu fui procurado por um grupo muito forte de empresários paraguaios que têm relação direta com os empresários que hoje são donos da maior reserva de gás na Argentina, numa região chamada Vaca Muerta. Eles defendem a tese de que esse gás pode chegar ao Brasil de forma mais competitiva do que o próprio gás boliviano. Ontem, eu e o governador Eduardo Riedel participamos de uma reunião com um ministro, dois subministros e várias autoridades do Paraguai, e firmamos o compromisso de acelerarmos o processo para a construção do gasoduto, acompanhando a Rota Bioceânica. As reservas de Vaca Muerta, na Argentina, ficam a, aproximadamente, 200 quilômetros de Pozo Hondo, na divisa da Argentina com o Paraguai. De lá até Filadélfia são mais 100 quilômetros. São 300 quilômetros. Mais 200 quilômetros, são 500 quilômetros. Até aqui, são 1000 quilômetros. E esse gasoduto que vem da Argentina se conecta aqui com o gasoduto que vem da Bolívia para distribuir o gás para o Brasil. Mas eu quero comunicar à presidência e aos colegas que estou preparando para amanhã a alteração do nome da Frente Parlamentar para o Acompanhamento da Implantação da Rota Bioceânica. Agora ela passará a se chamar Frente Parlamentar em Defesa da Rota Bioceânica, Atlântico, Pacífico, Rodoferroviária e Energética. Nós queremos trazer o gás argentino, associado ao gás chileno e ao gás boliviano, para o Brasil. E já tem negociação com grupos fortes da China, paralelamente à do asfaltamento da bioceânica, para fazer a ferrovia. Muitos aqui, quando isso for noticiado, provavelmente vão dizer: "Olha o Zeca sonhando de novo! Olha o sonho! Olha o vendedor de sonhos! Olha a mentira!" O mesmo discurso que fizeram quarenta anos atrás, quando eu e meus saudosos irmãos Heitor e Osório começamos a discutir a ideia do asfaltamento da Rota Bioceânica, que não passava de um mero caminho. Mas vai acontecer. É importante que esta Casa entre no debate. E, a partir de amanhã, com o aval do governador, das lideranças do governo, a nossa frente parlamentar passará a se chamar Frente Parlamentar em Defesa da Rota Bioceânica, Atlântico, Pacífico, Rodoferroviária e Energética. Pois bem. Segunda coisa. Agora eu vou apresentar duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Turismo, Esporte e Cultura, senhor Marcelo Ferreira Miranda, solicitando, com urgência, que



seja realizada visita técnica de servidores da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, visando à restauração do prédio do Museu Dom Jaime Aníbal Barreira, conhecido como Padaria Cuê, no município de Porto Murtinho. A presente solicitação tem base em notícias veiculadas pela mídia estadual, nos últimos dias, que dão conta do total abandono por parte do atual prefeito daquela cidade, o desastrado Nelson Cintra. Aquele memorial, que preserva grande parte da riqueza histórica e arquitetônica do nosso estado, precisa ser restaurado. No Diário Oficial de hoje, senhor presidente, foram publicados decretos de tombamento daquele patrimônio histórico-material do estado de Mato Grosso do Sul. Essa é uma maneira de garantir que esses bens não se percam por conta do descaso do prefeito de Porto Murtinho e seus subalternos. Vale ressaltar que, no nosso governo, juntamos peças importantes, fotografias, bens materiais, históricos de famílias tradicionais, meu querido Hashioka, para restaurar a Padaria Cuê, memorial histórico de Porto Murtinho; e muitas coisas desapareceram, não sei onde estão guardadas. Já que o governo do estado decretou o tombamento do Memorial Padaria Cuê, agora nós queremos que ele invista, através da Secretaria de Estado de Cultura e Esporte, na restauração daquilo que foi abandonado pela mediocridade, pelo desprezo do atual prefeito, que não é gestor de coisa nenhuma, a não ser dos seus bois. A outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao ministro de estado de Justiça, senhor Ricardo Lewandowski, ao procurador-geral da República, senhor Paulo Gonet, ao ministro do Supremo Tribunal Federal, senhor Alexandre de Moraes, ao procurador-chefe do Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul, senhor Luís Eduardo Camargo, e ao superintendente regional da Polícia Federal, senhor Carlos Henrique Dotta D'Ángelo, solicitando, com urgência, que investiguem os administradores do grupo "WhatsApp Maracaju Mil Graus 2" e da "Gráfica Maracaju", localizados no município de Maracaju, pela elaboração, Pedro Kemp, e distribuição de material gráfico que incita o ódio e a violência contra o presidente da República, senhor Luiz Inácio Lula da Silva, como se pode verificar na imagem que segue anexa. Eu recebi isso aqui [material impresso]. Dizem, minha querida Mara Caseiro, que o pessoal da esquerda, que o pessoal do PT, que o pessoal do MST é radical. Olha isso! O boneco símbolo da linguíça de Maracaju segurando pelo cabelo a cabeça cortada do presidente Lula [material impresso]. Com telefone e tudo. Isso é crime! O cidadão que fez isso é boçal, atrevido, ignorante e canalha. Tanto ele quanto a gráfica que reproduziu esse material merecem um processo. Essa gente tem que ir parar a cadeia e prestar contas. Obrigado, senhor presidente. Voltei com tudo. Fui, mas voltei.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar que, conforme o artigo 286 do Código Penal, é crime fazer um absurdo desse. Pois bem, agora eu vou passar a presidência para o deputado Renato Câmara, porque tenho uma indicação a fazer...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Senhores deputados, quero pedir licença para fazer a indicação aqui da mesa. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja, diretor-presidente da Agesul, solicitando a implantação de um aeródromo no município de Sidrolândia. Esta indicação visa atender empresas, investidores e a população de maneira geral. A cidade tem recebido constantes investimentos, inclusive um de mais de 3 bilhões de reais, que deverá ser investido no setor da citricultura da laranja, do álcool a partir do milho



etc. É imperioso, portanto, implantar naquele município um aeródromo que possa receber aeronaves de pequeno e médio porte. Era o que eu tinha. Obrigado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente. Eu gostaria de assinar com Vossa Excelência. E o termo correto é aeródromo. Os empresários descem em Campo Grande e levam duas horas para chegar a Sidrolândia. Ou seja, demoram muito no trajeto. Um aeródromo vai facilitar a vida de todo mundo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aeródromo. Pois não. Vamos assinar juntos. Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Eu tenho aqui duas indicações. Requeiro à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Ednei Marcelo Miglioli, solicitando a retomada dos serviços de drenagem de água pluvial na interseção da rua José Garcia Lopes Filho com a rua Fidel Mariano de Almeida, no residencial Oliveira. Os moradores que encaminharam a presente demanda ao meu gabinete manifestam preocupação porque o acúmulo de água pode deteriorar o asfalto na rua José Garcia, via de grande tráfego, inclusive de ônibus. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, e à procuradora-geral do estado, doutora Ana Carolina Garcia, solicitando a publicação de edital para a realização de acordo direto em precatórios. Desde 2018, a PGE-MS publica editais que permitem a realização de acordos diretos em precatórios e a liberação célere dos valores devidos pelo ente público. Como ressaltado em matéria publicada no site da PGE-MS, os sete editais lançados nos últimos anos beneficiaram 9.076 pessoas com o pagamento de 387. 257, 877 reais, resultando numa economia de 104.189,190 reais ao estado. É necessário destacar que, além da redução da dívida pública e do recebimento antecipado do crédito pelo beneficiário, o acordo direto é um meio de injeção de dinheiro na economia, contribuindo para o crescimento do estado. Era isso, presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Bom dia a todos! Presidente, peço permissão para ler meu expediente aqui da Mesa. Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais desta Casa, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Rondon, solicitando, em caráter de urgência, que seja realizado o serviço de recapeamento do anel rodoviário Fernando Lima de Vasconcelos, mais precisamente no trecho que liga a saída do distrito de Nova Casa Verde aos municípios de Batayporã e Nova Andradina. Este pleito foi encaminhado ao nosso gabinete pelo senhor Vander Aguiar e pela Associação de Pequenos Produtores. O trânsito de caminhões e máquinas agrícolas na região é muito pesado e a via não está em boas condições, logo precisa ser recapeada. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste



Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao diretor-presidente da Agraer, senhor Washington de Souza, solicitando uma pá-carregadeira, com seus implementos, para atender às demandas da Associação dos Avicultores da Grande Dourados (Avegrande), localizada no município de Dourados. A Avegrande atende principalmente os pequenos produtores de aves. Isso é muito importante. Uma pá-carregadeira, portanto, aliviará o custo de produção, e com isso os produtores poderão reinvestir o dinheiro em suas atividades. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, presidente! Bom dia, nobres deputados e deputadas! Bom dia a todos os presentes! Eu trago uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa, solicitando a aquisição e instalação de aparelho de endoscopia e colonoscopia digestiva para o Centro de Especialidades Médicas - CEM de Costa Rica. A presente indicação atende ao pedido formulado pela vereadora Rosângela Marçal Paes. O município de Costa Rica está inserido na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, e embora o CEM esteja funcionando, a equipe médica não dispõe dos aparelhos necessários para a realização dos exames essenciais para o diagnóstico e tratamento de doenças gastrointestinais. Por conta disso, quando necessita desse tipo de atendimento, a população de Costa Rica precisa se deslocar para outros municípios, ou procurar atendimento na rede particular. Como se sabe, a saúde é direito de todos e é dever do estado garanti-la, por meio de políticas sociais e econômicas, conforme o artigo 196 da Constituição Federal. O preceito constitucional é impositivo; ou seja, não há espaço para discricionariedade. Logo, o estado é obrigado a assegurar ao cidadão saúde preventiva e intervencionista, bem-estar, pronto atendimento e estrutura adequada para seu atendimento. Nesse cenário, o município de Costa Rica se encontra impedido de garantir assistência à população. Portanto, solicitamos atenção a este pleito. Era o que tinha senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane, hoje de vermelho vibrante.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente! Bom dia, nobres colegas! Hoje eu vim de vermelho para começar o semestre vibrando. Eu quero apresentar algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, à subsecretária de Políticas Públicas para as Mulheres, senhora Manuela Nicodemos, e ao Comitê de Enfrentamento de Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais da Criança e do Adolescente (Comcex), e à coordenadora municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Nova Andradina, senhora Arlete Matos, solicitando esforços para o fortalecimento da rede de proteção de mulheres, crianças e adolescentes em Nova Andradina, estendendo o atendimento às comunidades de fora do núcleo urbano. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao senhor Paulo Roberto Silva, superintendente do Incra, solicitando a instalação de um Destacamento da Polícia Militar no distrito



de Nova Casa Verde, com a garantia de disponibilização de policiais femininas, para atendimento às mulheres vítimas de violência. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito de Nova Andradina, senhor Gilberto Garcia, com cópia à coordenadora municipal de Política para as Mulheres, senhora Arlete Matos, e ao secretário municipal de Saúde de Nova Andradina, senhor Luís Eduardo, solicitando a aquisição de um veículo para transporte de pacientes dos assentamentos Tejin e São João, de Nova Andradina. Agora, vou fazer um requerimento. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que este Poder encaminhe requerimento de informações ao secretário de estado de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa, com cópia à secretária municipal de Saúde de Campo Grande, senhora doutora Rosana Leite de Melo, para que prestem informações relativas à situação dos pacientes diagnosticados com alergia à proteína do leite de vaca. "Qual é o número de pacientes APLV registrado no estado e em Campo Grande? Qual é a demanda de atendimento a esses pacientes, incluindo frequências e tipos de serviços utilizados? Quais são os custos com tratamentos específicos de APLV, incluindo fórmulas nutricionais especiais e outros recursos médicos? Quais são as políticas e programas de atendimento aos pacientes com APLV vigentes no estado e municípios? Existe uma estrutura em nível estadual tanto no atendimento quanto no fornecimento de fórmulas nutricionais especiais? Como esses serviços são administrados e oferecidos?". Este requerimento está sendo apresentado porque o assunto diz respeito ao cotidiano e à vida das mulheres sul-mato-grossenses. Quero aproveitar o momento e falar do show das mulheres na Olimpíada de Paris, na França. Elas fazem a diferença, não é mesmo, deputada Mara Caseiro?... A gente tem acompanhado com muita alegria o desempenho das mulheres na olimpíada, elas têm recebido muitas tantas medalhas, demonstrando o quão importante e fortes são. Por isso, eu quero reforçar que tenho um projeto tramitando aqui na Casa que visa garantir às mulheres 1/3 dos investimentos do estado em esportes. Aqui no estado há mulheres muito eficientes em suas modalidades; portanto, elas merecem receber mais incentivo da parte do governo do estado. Era o que eu tinha. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não há mais oradores inscritos. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: oito indicações (Prot. nºs 02409/2024, 02410/2024, 02411/2024, 02405/2024, 02412/2024, 02401/2024, 02402/2024, 2400/2024); três moções de pesar (Prot. nºs 02403/2024, 02406/2024, 02407/2024); uma moção de aplauso (Prot. nº 02404/2024). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 02388/2024). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 02383/2024, 02382/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02398/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: um requerimento (Prot. nº 02384/2024); um projeto de lei (Prot. nº 02385/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: uma indicação (Prot. nº 02395/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 02416/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 02396/2024, 02417/2024); um requerimento (Prot. nº 02394/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02391/2024); duas moções de pesar (Prot. nºs 02393/2024, 02392/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 02389/2024); um projeto de resolução (Prot. nº 02390/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 02397/2024, 02399/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 02381/2024, 02380/2024, 02379/2024, 02378/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 02387/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 02414/2024, 02413/2024).). Com a palavra, pela ordem, o aniversariante do mês, deputado Lidio Lopes.



DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro! Bom dia, nobres pares! Bom dia, todos que nos honram com a sua presença neste Plenário e público que nos acompanha pela TV Assembleia! Eu venho apresentar duas indicações. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a reforma geral da Escola Estadual 13 de Maio, localizada no município de Sete Quedas. A presente indicação foi motivada por requerimento da Câmara Municipal de Sete Quedas, a partir da proposição do vereador Paulo Fernando Chagas de Moraes. Justificativa anexa. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 176 do Regimento Interno, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado, Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente do Departamento Estadual de Trânsito de MS, senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, solicitando a reforma geral do prédio onde está instalada a Agência de Trânsito de Sete Quedas. A presente indicação foi motivada por requerimento da Câmara Municipal de Sete Quedas, a partir da proposição do vereador Paulo Fernandes de Chagas de Moraes. Justificativa anexa. Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado João Henrique. Não está presente. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, eu vou inverter meu tempo com a deputada Mara Caseiro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por inversão, com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — sem revisão da oradora — Obrigada. Bem, eu vim falar um pouco sobre o "Agosto Lilás", mês dedicado à conscientização e combate à violência contra a mulher. O Agosto Lilás foi criado por meio de um projeto de lei do deputado Professor Rinaldo, projeto aprovado por unanimidade nesta Casa. O Agosto Lilás é uma campanha realizada todos os anos, no mês de agosto, e é uma oportunidade que temos para refletir acerca dos desafios que ainda enfrentamos na sociedade. Além disso, é um momento de reafirmarmos o nosso compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e mais segura para as mulheres. Aqui em Mato Grosso do Sul, os dados estatísticos ainda são alarmantes e exigem nossa atenção e ação imediata. De acordo com dados recentes, nosso estado tem registrado um preocupante aumento nos casos de feminicídio e violência doméstica. No primeiro semestre deste ano, foram registrados vinte e três casos de feminicídio em nosso estado, o que representa um aumento de 15% em comparação ao mesmo período do ano passado. Além disso, os números de violência doméstica também continuam elevados, com mais de sete mil e quinhentas ocorrências registradas apenas nos primeiros seis meses de 2024. Esses números não são apenas estatísticas, eles representam vidas perdidas, famílias destruídas e o sofrimento incalculável das vítimas e de seus entes queridos. Cada caso de violência contra a mulher é uma falha da sociedade no que diz respeito a proteger suas cidadãs e garantir seus direitos fundamentais. Nós aqui desta Casa temos apresentado várias leis no sentido de combater a violência doméstica. Nós sabemos da importância de combatermos este câncer, este mal que assola a sociedade. E hoje vemos sinais



de esperança e progresso. A rede de enfrentamento da violência contra a mulher tem intensificado suas ações, com a implementação de mais Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deans); de Salas Lilases, das Coordenadorias Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres e do fortalecimento de ações voltadas para a proteção e o apoio às vítimas. A Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande tem se destacado como um centro de referência, oferecendo às vítimas acolhimento, suporte psicológico e jurídico, além de encaminhamentos para o serviço de proteção. Há uma previsão de que em breve teremos uma Casa da Mulher Brasileira nos municípios de Corumbá e Dourados. Esperamos ansiosamente por isso. Durante este mês, é fundamental que cada um de nós se envolva nesta luta. É preciso ensinar a sociedade sobre a importância de denunciar todo e qualquer tipo de violência, de apoiar as vítimas e de promover a cultura de respeito e igualdade de gêneros. Precisamos educar nossos filhos para que eles saibam que existe igualdade de direitos entre homens e mulheres. A sociedade deve exigir das autoridades e de seus representantes políticos a criação e implementação de políticas efetivas de combate à violência contra a mulher. Enfatizo aqui as diversas ações promovidas pelo poder público em torno dessa questão. Hoje mesmo ocorrerá a assinatura do pacto e o lançamento da campanha "Todos por Elas". Inclusive este é o botton da campanha. Muito sugestivo. Vale registrar que a campanha é uma iniciativa desta Casa de Leis, do Tribunal de Justiça e do governo do estado. Quero parabenizar o presidente Gerson Claro e, em seu nome, parabenizar os colegas deputados por entenderem a necessidade de promovermos políticas públicas de enfrentamento e combate a todo e qualquer tipo de violência contra as mulheres. Essas ações são importantes, deputada Lia Nogueira, pois mostram que a violência doméstica e familiar é uma realidade que precisa ser combatida e repelida por todos nós. Nesse sentido, aproveito para convidar todos os presentes e todos que nos acompanham pelas mídias a acessarem minhas redes sociais e assistirem à série "Vozes que precisam ser ouvidas". Durante este mês, estaremos mostrando casos reais de violência doméstica. É impactante, é triste, mas é necessário sabermos quão grande é a dor de uma mulher que sofre qualquer tipo de violência. Aliás, a família da mulher também sofre. Portanto, diante de qualquer violência, não devemos nos calar. Vamos denunciar. Juntos podemos fazer a diferença. Para encerrar, deixo uma mensagem de esperança e determinação: "Que este Agosto Lilás seja um marco de transformação. Que possamos coletivamente construir uma sociedade em que todas as mulheres possam viver sem medo, com dignidade e respeito. A luta contra a violência de gênero é árdua; mas, com união e compromisso, venceremos."

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Um aparte?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pois não.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, deputada Mara Caseiro! Obrigada por me conceder o aparte. Bom dia, presidente, integrantes da Mesa Diretora, colegas parlamentares, públicos que nos prestigia aqui neste Plenário e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Quero reforçar, deputada, sua fala, no sentido de que este é um mês muito importante para nós, um mês de reflexão. A Alems, o governo do estado e os demais poderes constituídos, juntos, podem colocar em prática políticas públicas e ações efetivas de combate à violência contra a mulher. Segundo dados da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, até agora, foram registrados dezenove feminicídios aqui no estado. Ano passado, trinta mulheres perderam a vida. Elas perderam a vida pelo fato de serem mulheres, porque estavam vivendo relações tóxicas e porque seus companheiros não aceitaram o término do relacionamento. Nós precisamos realmente atacar a raiz do problema. Hoje, eu vou apresentar aqui uma indicação,



reforçando aquela que já apresentei ano passado, assim que assumi o mandato de deputada pelo PSDB, na intenção de convencer o governo do estado sobre a importância de a Delegacia de Atendimento à Mulher funcionar 24 horas por dia. Aqui no nosso estado, há doze delegacias especializadas, mas eu creio que este processo pode se iniciar com pelo menos cinco delegacias, nas maiores cidades do estado. E eu digo isso por quê? Digo porque as estatísticas revelam que a violência contra as mulheres ocorre principalmente de noite e de madrugada, quando normalmente companheiros ou ex-companheiros alcoolizados ou não vão até os domicílios das mulheres e as agredem. Nós precisamos oferecer acolhimento às vítimas. É importante destacar que muitas vítimas têm de aguardar o outro dia para registrar a ocorrência. E algumas, inclusive, nesse meio tempo, desistem de registrar a ocorrência e de buscar ajuda. Este é o momento. Nós não estamos falando de gasto, estamos falando de investimento, de incentivo à vida, de preservação da vida. Eu e o deputado Pedro Caravina conversamos sobre os novos policiais civis que vão se apresentar em breve. Aí poderemos contar com um efetivo que terá condições de fazer a reestruturação das delegacias especializadas. Não podemos aceitar essas estatísticas que colocam Mato Grosso do Sul no mapa negativo da violência contra a mulher. Eu vou reforçar o pedido que apresentei ano passado. Solicito o apoio dos colegas parlamentares, para que possamos avançar nesse debate e efetivar essa proposta. Obrigada.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Obrigada, deputada Lia Nogueira. Eu incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. Quero subscrever a indicação de Vossa Excelência. Aliás, o atendimento de 24 horas nas Delegacias da Mulher é um anseio antigo desta Casa. E como Vossa Excelência disse, é de noite ou nos fins de semana que os casos de violência acontecem.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputada, eu acho importante este debate. Achei interessante a proposta da deputada Lia Nogueira também. Há uma situação bastante preocupante no país, eu diria que há uma cultura de violência contra as mulheres. O Brasil está sempre no ranking mundial de violência. É preciso desmontar essas estruturas culturais de violência. Por que o homem acha que tem o direito de avançar e de violentar a mulher? O que dá esse direito aos homens? Acho que precisamos debater um pouco sobre isso e tentar mudar esse cenário. Isso passa pelo processo da educação. Por meio da educação é possível romper as estruturas que fortalecem a violência. Como disse a deputada Lia Nogueira, hoje a Delegacia da Mulher funciona em horário comercial. No entanto, a violência não acontece em horário comercial. Então, o estado não está atento a isso. Muitas vezes, as mulheres têm medo inclusive de ir à delegacia e registrar o Boletim de Ocorrência. Quando uma mulher vai a uma delegacia e registra o Boletim de Ocorrência, ela já se empoderou e já está com coragem para fazer o enfrentamento. Precisamos de políticas que façam com que as mulheres consigam fazer esse enfrentamento cotidianamente e bloquear a violência no primeiro momento, no primeiro sinal. Como eu disse: isso passa por um processo de educação. Acho que as campanhas são importantes. É fundamental fazermos campanhas midiáticas, debate nas escolas e em todos os setores. As mulheres precisam reagir no primeiro momento. O poder público precisa estancar esse processo. Obrigada.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Obrigada, deputada Gleice Jane.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Um aparte, deputada?



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pois não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós temos debruçado sobre este tema. E, a meu ver, os homens também precisam se conscientizar do seu papel na sociedade, não é? Nós queremos que as Delegacias da Mulher e as Salas Lilases funcionem de fato 24 horas. Mas, enquanto isso não for possível, que haja ao menos uma escritã ou uma delegada para atender a vítima em qualquer horário. Afinal, há muitas mulheres entrando para a polícia. Conscientizar a mulher é fundamental, mas vale ressaltar que a mulher é a vítima e que o homem é que precisa se conscientizar de seu dever e de seu papel na sociedade. Nós que fazemos políticas nesse sentido não podemos compactuar com isso. Eu ratifico tudo o que a senhora disse. Estamos juntos.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Obrigada, presidente. O agressor destrói não só a mulher, destrói toda a família.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Um aparte?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pois não.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputada Mara Caseiro, primeiramente, quero agradecer a Vossa Excelência o aparte. A senhora nos representa muito bem. Eu estava aguardando o momento para fazer um pronunciamento a respeito dos dezoito anos de instituição da "Lei Maria da Penha", que muito contribui para a defesa das mulheres brasileiras. Eu apresentei a propositura, que se tornou a Lei nº 4.969/2016, que instituiu a campanha "Agosto Lilás" e o programa "Maria da Penha vai à Escola", visando sensibilizar a sociedade sobre a violência contra a mulher e divulgar a Lei Maria da Penha. E, à época, deputada Mara, a senhora foi uma das primeiras pessoas a se colocar como signatárias da proposta de criarmos essa política e introduzirmos no ambiente escolar ações de promoção da paz. Nosso estado é uma referência negativa, em que pese os avanços já conquistados ao longo dos últimos anos. Os garotos precisam receber cada vez mais informações a respeito da tolerância, do amor ao próximo e acima de tudo da gratidão que todos nós devemos às mulheres. Eu me sinto muito feliz de ser o autor da lei que levou à criação da primeira Sala Lilás aqui no estado. Lembrando que a primeira Sala Lilás do Brasil foi a do Rio Grande do Sul. A nossa está instalada ao lado do IML. A senhora, inclusive, encaminhou emendas para a implantação da sala. A Sala Lilás é um ambiente seguro, que acolhe não somente a mulher, mas também a criança. Lá a vítima é atendida por uma servidora no momento da realização do exame de corpo de delito. Isso é muito importante. O governo do estado tem nos ajudado muito nesse projeto. Precisamos continuar avançando. No Brasil, em 2021, foram registradas 82.872 denúncias; em 2022, 87.794; e em 2023, 114.848. No ano de 2023, o número de estupros no país cresceu 6,5% em relação ao ano anterior. Ao todo, foram 83.988 casos registrados. Isso significa que ocorre um estupro a cada 6 minutos no Brasil. Aqui no estado, só este ano, foram registrados 23 casos. E ano passado, 30 casos de estupro e 42 casos de feminicídio... Aí eu lembro da proposta de lei da ex-deputada federal Rose Modesto que visa aumentar a pena em regime fechado, sem a sua respectiva progressão. A proposta foi aprovada pelos 513 deputados, mas está travada no Senado porque a senadora Margarete, de Mato Grosso, quer que aumente ainda a pena, para 20 anos, em regime fechado. Esse debate é importante. De fato, as penas precisam ser mais duras; no entanto, acima de tudo, precisa haver um trabalho amplo e constante de prevenção. E esse trabalho deve começar a ser feito primeiramente nas escolas, depois ser estendido para todas as instâncias do nosso estado. Quero



parabenizar os colegas deputados desta Casa pelo apoio, começando por Vossa Excelência. Os vinte e quatro deputados desta Casa trabalham na mesma perspectiva. Nós não podemos admitir que violência seja praticada contra ninguém. Quero ressaltar a importância do Judiciário, do Ministério Público, neste processo. O doutor Bito e a querida doutora Camila representam muito bem a OAB...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Conclua seu aparte, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Só mais um tempinho.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O tempo é regimental...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — O MP, o governo do estado, a Defensoria Pública e os vinte e quatro deputados desta Casa assinarão hoje, às 16 horas, o pacto em defesa da mulher sul-mato-grossense. Esperamos que esta se torne uma política de estado, não apenas uma política de governo. Até porque governos passam, mas o estado permanece. Parabéns, mais uma vez, deputada, pelo pronunciamento. Estamos juntos na luta por um estado mais justo, mais fraterno, mais solidário e acima de tudo mais tolerante. Muito obrigado.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Eu que agradeço, deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência muito acrescenta ao debate. O senhor tem sido um grande defensor das mulheres. É, inclusive, o proponente da lei que instituiu o Agosto Lilás e a campanha Maria da Penha Vai à Escola. Em 2013, nós fizemos aqui uma audiência pública, e uma das demandas que nos foi apresentada, naquela época, foi que nós levássemos a Lei Maria da Penha para as escolas. Por conta da Lei Maria da Penha, a violência contra as mulheres começou a ser revelada e sanções começaram a ser aplicadas contra os agressores. Quero cumprimentar o doutor Bito e a doutora Camila. É um prazer tê-los aqui conosco novamente. Quero encerrar convidando os colegas parlamentares para a reunião de assinatura do pacto da campanha Todos por Elas, às 16 horas. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário estão juntos neste projeto. Mais uma vez, parabéns, presidente, por trazer esta grande ação para o nosso estado. Que Deus abençoe a nossa nação. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença da vereadora Sumara Leal, do município de Cassilândia, do senhor Cleiton Silva, vereador do município de Bataguassu, do senhor Marcos Lino, vereador do município de Bela Vista, e do vereador Paulo Borges Beviláqua, mais conhecido como Bodinho de Paranaíba, e da sua esposa, Karen Martins. Obrigado a todos pela presença aqui na Casa da Democracia. Registramos e agradecemos, com muito carinho, a presença do Bito Pereira e da Camila Bastos, ambos da Ordem dos Advogados do Brasil, entidade que representa as grandes lutas da sociedade brasileira, da advocacia e dos advogados. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, por meio do deputado combatente Zeca do PT e do deputado federal Vander Loubet, convida todos para um amplo debate intitulado "A importância da reativação da malha ferroviária". Mato Grosso do Sul nos trilhos outra vez. É a Malha Oeste. A reunião ocorrerá dia 9 de agosto, às 9 horas, aqui no Plenário Nelito Câmara. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia a todos! Presidente, eu quero apenas fazer alguns registros. Primeiro. Senhores, sábado aconteceu uma grande festa popular nesta



cidade, coordenada pelo meu grande companheiro, amigo e colega de bancada deputado Pedro Kemp, coordenador da campanha do PT e dos seus aliados na capital. Na ocasião, foi legalmente homologada a candidatura da deputada Camila Jara à cadeira de prefeita e do deputado Zeca do PT à cadeira de vice-prefeito. Quero dizer a todos que as pesquisas não nos preocupam. Pelas pesquisas, eu não teria vencido a eleição de 1996, quando fomos literalmente roubados na eleição para prefeito. Também não teria vencido a eleição de 1998 para governador. Depois, contra a máquina, contra o esquema e conta tudo, fui eleito deputado federal, e, na última eleição, deputado estadual. Portanto, nós vamos começar a percorrer esta cidade, anunciando a boa nova. O PT está de volta, com um canhão de informações sobre o que fizemos aqui no estado. Se tirássemos o que foi feito durante oito anos na cultura, no esporte, no lazer, na educação, na saúde e o que foi realizado nos governos Lula e Dilma, ficaria um grande buraco em nossa capital, porque nada foi feito depois dos oito anos do governo do PT. Portanto, quero registrar nos anais desta Casa, meu querido deputado Junior Mochi, faceiro como um ganso novo em taipa de açude, aos 75 anos, que empresto minha colaboração à querida Camila Jara e ao PT para fazermos uma grande caminhada, como fizemos em 1996 e em 1998. Vamos dividir esta cidade ao meio. Segundo. Amanhã, eu vou entrar com uma indicação visando trocar o nome da Frente Parlamentar em Defesa da Rota Bioceânica para Frente Parlamentar em Defesa da Rota Bioceânica, Rodoferroviária e Energética. E muitos vão dizer: "Ah, é um sonho que o Zeca vende!" Mas eu não me preocupo com isso. Eu me baseio numa verdade absoluta, Mochi. "As grandes obras, os loucos sonham, os realizadores plenos as constroem; o cidadão comum delas usufrui, e os imbecis crônicos as criticam". Portanto, pé no acelerador, que as coisas vão acontecer.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passamos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e dois deputados presentes, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 164/2024. Autor: Poder Judiciário. "Altera dispositivo da Lei nº 3.779, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre o Regimento de Custas Judiciais do Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de diferir a cobrança da taxa judiciária, custas processuais e preparo recursal, permitindo que sejam recolhidas ao final, pelo vencido, ressalvados os casos de hipossuficiência comprovada." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Para justificar o voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para justificar seu voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, este projeto é fruto de um anseio da categoria. Quero parabenizar todos que se envolveram diretamente para que este sonho se tornasse realidade. Este projeto altera a Lei nº 3.779/2009, e tem por objetivo diferir a



cobrança da taxa judiciária, custas processuais e preparo recursal, permitindo que sejam recolhidas ao final, pelo vencido, ressalvados os casos de hipossuficiência comprovada, quando o proponente é o advogado cobrando seus honorários sucumbenciais. Eu tenho certeza de que a proposta terá o voto de todos os nossos colegas. Parabéns à OAB, na pessoa do Bito Pereira (presidente) e da Camila Bastos (vice-presidente), que conduziram as negociações que culminaram nesta importante conquista para a classe dos advogados de Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu quero registrar que este projeto atende a uma solicitação da OAB, da doutora Camila, do doutor Bito e de todos os advogados. Esta é uma conquista importante para a advocacia. Nós já até fizemos contato com o governador, para que ele sancione a lei imediatamente. Vamos comemorar o Dia do Advogado com esta importante conquista para a advocacia. Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 164/2024, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.



DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 082/2024. Autor: deputado Paulo Duarte. "Obriga as empresas prestadoras de serviços públicos no estado de Mato Grosso do Sul a expedir notificação prévia ao usuário ao realizar vistoria ou manutenção técnica com interrupção do serviço." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a presidência ao deputado Paulo Corrêa.

Projeto de Lei nº 082/2024, de autoria do deputado Paulo Duarte.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Coronel David (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda. Item 3. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento e oito indicações. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Proposta pela deputada Lia Nogueira, em razão do falecimento do senhor Juarez Silva Alencar. Proposta pela deputada Lia Nogueira, em razão do falecimento do senhor Gaudêncio Benites. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Não há oradores inscritos. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (10h55min).